



Fotografias da luta pela terra: análise nos jornais Folha de Hoje e o Globo

Deise Formolo¹

Charles Monteiro²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as fotografias sobre a manifestação pública da luta pela terra ocorrido no dia 09 de agosto de 1990, na Praça da Matriz, Porto Alegre, nas páginas dos jornais Folha de Hoje e O Globo, impressas na edição do dia 10 de agosto de 1990. Nota-se, que as fotografias, em seus aspectos formais, seguiram os padrões de produção fotojornalística surgidos a partir da experiência acumulada entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras chave: História; Fotografia; Fotojornalismo; Luta pela terra.

Photographs of the struggle for land that: analysis in newspapers Folha de Hoje e o Globo

Abstract: This article intends to analyze the photographs of the public demonstration of the struggle for land that took place on August 9, 1990, in Praça da Matriz, Porto Alegre, published on the pages of the August 10, 1990 editions of the newspapers Folha de Hoje and O Globo. The photographs, in their formal aspects, followed the patterns of photojournalistic production that emerged from the experience accumulated between the 1960s and 1980s.

Keywords: History; Photography; Photojournalism; Struggle for Land.

O dia oito de agosto de 1990 foi marcado por uma manifestação pública da luta pela terra, quando cerca de quatrocentos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acamparam nos canteiros da Praça da Matriz, na cidade de Porto Alegre, como forma de protesto contra a política agrária e de distribuição de terras do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Hoffman (2002), o motivo desta ação remete a 1989, quando a Brigada Militar³, em uma ação repressiva de despejo na fazenda Bacaraí, localizada no município de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, executou um integrante do Movimento, o agricultor Ivo Lima. No mesmo ano, após o ocorrido, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul se comprometeu a comprar 500 hectares para assentar os camponeses. Porém, passaram-se os meses e o acordo não foi cumprido. Assim, sete meses após o ocorrido, os militantes decidiram acampar na Praça da Matriz, em frente ao Palácio do Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, com o objetivo de cobrar

1 Bacharel em Museologia pela FABICO/UFRGS; Mestre em História pela PUC-RS, Museóloga do Museu do Imigrante (Bento Gonçalves/RS)

2 Pós-Doutorado (Estágio Sênior com bolsa CAPES) em História Cultural e Social da Arte na Université Paris 1 Panthéon - Sorbonne, sob supervisão de Michel Poivert; Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa CNPQ e bolsa sanduíche CAPES na Université Lumière (Lyon 2/ França). É Professor Adjunto (DE) no Departamento de História, ligado aos Programas de Pós-Graduação em História e em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

3 Como é chamada a Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

o cumprimento do acordo. Em 1990, o governador do Rio Grande do Sul era Pedro Simon (PMDB), que havia sido eleito em março de 1987. Simon permaneceu no cargo até abril de 1990, quando renunciou para se candidatar ao cargo de senador, dando espaço para o vice-governador Sinval Guazzelli (PMDB) assumir. Este permaneceu no cargo até março de 1991.

Os dirigentes do MST concentraram-se na frente do Palácio Piratini para negociar com representantes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul quando a ação repressiva começou a se desenrolar. Foram muitas as versões veiculadas pela mídia sobre os motivos que desencadearam o confronto: uma pedra que teria atingido um policial; uma iniciativa isolada de um soldado da Brigada Militar. Versões que desafiam a interpretação histórica da imagem. Desse modo, o eixo de significações do confronto acabou por ser dado pela morte do soldado da Brigada Militar Valdeci de Abreu Lopes. Ou seja, as versões correntes desvincularam toda a ação política envolvida no protesto para e deram apenas destaque à morte do soldado. Nessa trama, conforme Lerrer (2003) armou-se um jogo de disputas discursivas para incriminar um grupo de militantes, que ao final foram condenados e presos. Dessa forma, percebe-se que o recorte dos fatos contribuiu para a memória do acontecimento ser vinculada exclusivamente à “degola” do soldado pelos militantes do MST.

Por isso, a manifestação e o conflito na Praça da Matriz configuram-se como um momento emblemático para a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que precisou lidar com essas disputas discursivas sobre ações reivindicativas específicas. Esse episódio fez com que o movimento modificasse algumas de suas estratégias, por exemplo, fortalecendo laços com grupos políticos⁴. Para que se tenha a dimensão desse momento, é fundamental entender a atuação que a mídia teve no episódio, pois se torna possível deduzir que, por meio da divulgação de suas versões textuais e visuais, acabou por direcionar a compreensão do público sobre o processo, ao criar versões do ocorrido. Por isso a relevância de investigar esse episódio sob o viés das imagens fotográficas produzidas e veiculadas na imprensa naquele momento.

Nesse sentido, no próximo subtítulo apresentaremos alguns aspectos da história movimento sociais rurais no Rio Grande do Sul com o objetivo de contextualizar o desencadeamento das ações do dia 09 de agosto de 1990, após, discutiremos as características da experiência fotográfica da década de 1990 que marcou a produção das fotografias analisadas nesse artigo. Por fim, analisaremos as fotografias sobre o acontecimento da luta pela terra na edição do dia 10 de agosto de 1990 nos jornais Folha de Hoje e O Globo.

Movimentos Sociais Rurais no Rio Grande do Sul: marcos e criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A organização política dos trabalhadores rurais em torno das suas pautas ganha forma, em âmbito nacional e regional, no período compreendido entre 1945 e 1964. Nesse sentido, os movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul, apesar de possuírem especificidades próprias, precisam ser compreendidos

⁴ Trata-se de uma questão complexa que pode ser mais bem analisada na seguinte obra: STEDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

em consonância com os problemas do mundo rural, também evidenciados outras regiões do Brasil. As reivindicações da população rural giravam em torno dos problemas dos agricultores e de suas “precárias condições de trabalho e vida, fosse na qualidade de ocupantes, parceiros, posseiros, fosse na de proprietários de pequenas glebas, integrados de modo periférico na dinâmica econômica capitalista” (HARRES, 2007, p. 235).

Tendo em vista o cenário do campo naquele período, que envolvia inúmeros grupos com interesses diversificados, a “bandeira da reforma agrária foi a grande reivindicação capaz de aglutinar as diversas formas coletivas emergentes no campo, deferindo-lhes um horizonte de luta e um interesse comum” (HARRES, 2007, p. 236). Nesse sentido, considerando as dificuldades econômicas pelas quais passava o Rio Grande do Sul, a reforma agrária foi defendida por amplos setores da sociedade civil. Isso significa dizer que para alguns, a reforma agrária significava a implantação da modernização das atividades agrícolas, consolidando a expansão urbana e industrial em curso no país. Para outros, a reforma agrária significava a implantação de medidas necessárias ao avanço das forças produtivas do campo.

Assim, percebe-se o habitual jogo no direcionamento de interesses políticos, onde uma pauta pode adquirir diferentes vieses, condicionados pela diversidade de grupos em torno de uma determinada questão. A reforma agrária não fugia à regra. Inicialmente, foi defendida, inclusive, por grandes proprietários de terras. Outro ponto se refere ao corrente processo de conscientização sobre os problemas da sociedade brasileira, evidenciados através de debates e intensa mobilização social. Para as elites, esse cenário de crítica política e social, representava uma ameaça a suas colocações sociais. O temor dos grupos mais abastados em torno da possibilidade de uma revolução levou-os a considerar a implantação de profundas reformas sociais organizadas pelos seus representantes, para conter esse cenário “ameaçador”.

É preciso destacar que a visibilidade dos debates em torno das questões dos trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos foi resultado de um intenso trabalho político dos grupos militantes em torno da valorização dessas pautas.

Nesse cenário, de acordo com Eckert (2009) a construção desse processo de organização, representação e formulação de estratégias reivindicatórias em torno das pautas dos trabalhadores rurais foi marcada pela atuação e tensão entre diversos grupos políticos, desde os comunistas, passando pelos socialistas ligados a Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas, chegando até os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola e João Goulart. A Igreja Católica também teve atuação intensa nesse processo, pois interessava conter a ameaça comunista no campo. Com esse objetivo, valeram-se da tradição religiosa dos trabalhadores rurais para organizar frentes combativas aos outros discursos em voga.

Como resultado do esforço desses diferentes grupos em organizar os trabalhadores rurais e das tensões provocadas por essa disputa na formulação de estratégias e discursos, houve uma intensificação na visibilidade dessas pautas, pois para além das divergências discursivas, esses grupos acabaram “[...] colocando em primeiro plano, como fundamental e imprescindível, a inscrição das demandas dos agricultores pobres no âmbito das decisões de governo e na formulação de políticas específicas de interesse desses segmentos sociais.” (HARRES, 2007, p. 237).

A questão da reforma agrária assumia distintas concepções no diálogo com a conjuntura em vigor. Nesse sentido, conforme Martins (1990), um dos marcos geradores de mudança no tom reivindicatório, atraindo diferentes bases sociais para a pauta da reforma agrária, foi exatamente o golpe civil-militar de 1964. Antes de 1964, a questão da reforma agrária “[...] tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra.” (HARRES, 2007, p. 238).

Após 1964, com a intensificação de ações para modernização do campo, com a entrada de grandes empresas e a crescente repressão e expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, houve uma transformação e um alargamento da base social que reivindicava a reforma agrária. Em 1980, os grupos que formavam essa base incluíam arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Essa diversidade social implicava uma nova dinâmica reivindicatória em torno da reforma agrária, com a presença de diferentes demandas desses grupos, ou seja, as pautas dos posseiros não eram as mesmas dos pequenos proprietários, e vice e versa.

No decurso do golpe civil-militar, o discurso favorável à reforma agrária foi enfraquecido. Porém, interessa pontuar que, em 1966, o movimento sindical dos trabalhadores rurais se reergueu e retomou a bandeira da reforma agrária. Nesse processo de configuração das lutas no campo, a década de 1970 traria outra ruptura. Nesse período, apesar dos esforços do Estado em controlar os movimentos, amarrando as ações sindicais à estrutura estatal, iniciou-se a reorganização dos grupos militantes que, rapidamente, iriam encontrar outros meios de reivindicação e ordenação para além dos sindicatos.

Conforme Novais (2015), durante a década de 1970, o regime ditatorial impôs o Programa de Integração Nacional, com objetivo de colonização do território da Amazônia. Com isso, muitos trabalhadores do campo que perderam suas terras no Rio Grande do Sul foram enviados para a Amazônia, onde recebiam um lote de terras. Porém, essa ação interferiu drasticamente na vida dos agricultores do Sul e das populações indígenas habitantes na Amazônia. Tendo em vista essa situação desgastante, muitos agricultores se negaram a migrar para Amazônia, optando em permanecer no Estado. Porém, as dificuldades da vida no campo se agravaram, o que gerou a necessidade desses agricultores de se organizarem e lutarem por seus direitos.

A partir disso, como aponta Hoffman (2002), esse grupo organizado realizou um acampamento, estratégia utilizada na década de 1960 com as ações do Master, na Encruzilhada Natalino, em janeiro de 1981, próximo à Fazenda Sarandi, local que havia sido desapropriado em 1962. Toda a transformação ocorrida ao longo desses cerca de 20 anos deu forma a novas posturas dos pequenos produtores do Rio Grande do Sul. O projeto inicial elaborado pelo IGRA para a desapropriação da Fazenda Sarandi havia sido totalmente alterado, o que contribuiu para a distribuição ilegal de terras da Fazenda.

Diante desse cenário de descaso do poder público, ocorreu ainda um confronto entre povos originários que habitavam a região e os trabalhadores sem-terra, que precisaram, então, desocupar a Fazenda Sarandi para habitar as periferias urbanas. Além disso, de acordo com Hoffmann (2002), somaram-se ao grupo da Encruzilhada Natalino diversas famílias de agricultores que acabaram expulsas de suas terras com a construção da barragem de Passo Real, no rio Jacuí, ainda no início da década de 1970.

Antes da ocupação de 1981, houve uma tentativa realizada por outro grupo, em 1978, mas sem sucesso. Segundo Harres (2007), em 1979, ocorreu outra investida, contando com mais organização e

planejamento, onde 110 famílias conseguiram o ocupar a fazenda Sarandi, o que gerou uma pressão no governo, que precisou regularizar as ocupações. Após alguns meses, um grupo de 170 famílias ocupou outra parte da fazenda. Por esse percurso, o acampamento conhecido como Encruzilhada Natalino se tornou um exemplo de luta, configurando-se como um marco na luta pela terra no Rio Grande do Sul, pois “o acampamento chegou a reunir perto de seiscentas famílias de agricultores sem-terra que lutaram durante quase três anos pelo direito de receber terras em território sulino” (HARRES, 2007, p. 255). Outro ponto a se destacar, foi o apoio da sociedade civil ao acampamento, que chegou a sofrer um cerco militar ordenado pelo governo federal.

A experiência adquirida por esses agricultores através do contato direto com a repressão, com as tensões nas negociações e através do encontro com a solidariedade, acabou dando forma a uma organização de um movimento social em prol da reforma agrária. Além disso, de acordo com Hoffmann (2002), o envolvimento da Igreja Católica, através do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, foi substancial à sustentação e organização dos agricultores, até o assentamento das últimas famílias em 1983.

Dessa forma, o acampamento da Encruzilhada Natalino é considerado um marco na organização do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST). Em 1984 aconteceu o I Seminário de Luta pela Terra, momento de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Conforme Berger (1996), a década de 1980 foi marcada por inúmeras ocupações realizadas pelo Movimento. As ações espalharam-se pelo país, havendo uma concentração maior na região sul do Brasil. Em 1990⁵, já com a reabertura política, e com o País saindo do regime militar, verificava-se o fortalecimento das políticas neoliberais no País. O MST, por sua vez, respondia intensificando sua tática de ocupação como forma de reivindicação.

De acordo com Oliveira Filha (2012), ao longo dos anos, o MST foi alterando sua forma organizativa. Atualmente possui uma Coordenação Nacional, formada por mais de noventa pessoas, bem como uma Direção Nacional, com aproximadamente vinte e uma pessoas. Em âmbito nacional se organiza em nove setores de atuação: secretaria nacional, sistema cooperativista dos assentados, frente de massa, relações internacionais, formação, comunicação, educação, finanças e projetos. Complementando-se com um Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, e os Encontros Nacionais, com edições bienais, entendidos como instâncias organizativas. Essa estrutura é aplicada em cada estado de atuação do Movimento.

Além disso, existem uma Coordenação Estadual, a Direção Estadual – também compreendidas como instâncias organizativas – e os setores de base. Após, encontram-se as regionais, compostas por suas coordenações, direções e setores, formadas por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Em diálogo, esse organograma se repete nos assentamentos e acampamentos, cada qual composto por suas coordenações e demais setores.

Em seguida, apresentaremos como as transformações na área da fotografia empreendidas entre as décadas de 1970 e 1980 interferiram nas experiências fotográficas de 1990.

5 Cf. MACIEL, David. A democracia confrontada: emergência neoliberal e crise política (1990-1994). Goiânia, 2017. Tese (História). Programa de Pós-Graduação de História. Universidade Federal de Goiás.

Fotojornalismo: experiência fotográfica na década de 1990

Como aponta Coelho (2012), no período entre 1960 e 1970 houve intensa produção de trabalhos fotográficos documentais e fotojornalísticos de crítica social. Porém, a publicação de boa parte desse material só ocorreu no final da década de 1980, após o final da ditadura. Antes ainda, mais precisamente no decorrer da década de 1970, grupos de profissionais criaram as agências independentes, uma reação às amarras impostas pelo mercado, estabelecendo uma via para a produção e circulação de projetos autorais. Isso resultou em uma “mudança substancial na relação profissional do fotógrafo [...], uma vez que ele passa a ser dono dos negativos que produz em seus diversos trabalhos” (PELEGRINO; MAGALHÃES, 2005, p. 85).

De acordo com Pelegrino e Magalhães (2005), em 1961, foi fundada, no Rio de Janeiro, a primeira agência de fotografia do País, a “Image”, formada por um grupo de cinco repórteres da revista *o Cruzeiro*. Após, foi criada a Agência Câmara 3, também no Rio de Janeiro, que reuniu fotógrafos experientes, como Walter Firmo e Sebastião Barbosa, que pautaram novas perspectivas para firmar o trabalho do fotógrafo autônomo no Brasil. Mais tarde, foi criada no Rio Grande do Sul, em 1969, a Focontexto composta pelos fotógrafos Assis Hoffman, Ricardo Chaves, Olívio Lamas e Antônio Vargas, entre outros “Com uma atuação diversificada, a Focontexto abrangia as áreas da publicidade, jornalismo, audiovisual, banco de imagens e a fotografia industrial”(PELEGRINO; MAGALHÃES, 2005, p. 90).

Essa proliferação de trabalhos fotográficos, bem como a profissionalização dos fotógrafos pode ser compreendida dentro da dinâmica de consolidação do mercado de bens simbólicos no Brasil, pontuada por Ortiz (2001) entre décadas de 1960 e 1970, especialmente, após o golpe civil-militar de 1964 que permitiu instaurar no Brasil o “capitalismo tardio”, a partir da reestruturação da economia brasileira cada mais incluída no processo de internacionalização do capital. Na mesma via, é preciso ressaltar que essa dinamização do mercado de bens simbólicos justamente em um período de exceção se deve ao fato da cultura ser percebida, pelos os que estavam no poder, como uma importante ferramenta de consolidação e disseminação de seus pontos de vista, configurando o Estado autoritário o maior incentivador do desenvolvimento capitalista na forma mais avançada.

Dessa forma, os mecanismos de censura em voga nesse período privilegiaram ações de repressão seletiva, impedindo a emergência de determinadas obras artísticas ou pensamento contrário ao promovido pela ditadura civil-militar, nesse sentido, “são censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial” (ORTIZ, 2001, p. 114). Restringindo certas características da obra, mas não a produção do bem cultural simbólico.

Com relação ao mercado editorial da década de 1960, cabe salientar a criação da Revista Realidade, da editora Abril, fundada em 1966, com circulação até 1977. A revista Realidade possuía uma formatação diferenciada para o período. Além de discutir temas tabus para época, como feminismo, aborto e a questão indígena, as matérias eram produzidas com maior cuidado editorial, dando mais tempo tanto para repórteres como para fotógrafos e fotógrafas elaborarem suas pautas, resultando em um material mais aprofundado e, com isso, a relação entre imagem e texto era elevado a um outro patamar.

Porém, foi na década de 1970 que ocorreu a multiplicação das agências, que passaram a ocupar um espaço significativo na cena do fotojornalismo brasileiro (MONTEIRO, 2015). Entre as agências de

destaque, estava a F4, fundada em São Paulo, composta por Nair Benedicto, Juca Martins, Ricardo Malta e Delfim Martins. O grupo da Agência F4 também pautou a reformulação da tabela de preço das imagens, sendo que a última havia sido estabelecida em 1977, pela AGRAF (Associação de Artistas Gráficos e Fotógrafos). A atuação do grupo da Agência F4 foi importantíssima, pautando politicamente em prol da defesa das questões da categoria e do estabelecimento de novas relações de trabalho. A Agência F4 possuía ainda um núcleo de trabalho no Rio de Janeiro, formado pelos fotógrafos Ricardo Azoury, Ricardo Beliel, Rogério Reis, Zeca Araújo, João Roberto Ripper e Cynthia Brito.

Além disso, no final da década de 1970, teve início o processo de institucionalização da fotografia no Brasil. Isso envolvia o estabelecimento de órgãos públicos voltados especialmente para a produção e circulação das imagens produzida no país (MONTEIRO, 2015). Destaca-se, nesse sentido, a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1975. Logo após, em 1979, foi fundado o Núcleo de Fotografia da Funarte, instituição federal de apoio à fotografia. É importante destacar que, neste período, o Brasil ainda se encontrava sob a ditadura civil-militar cuja centralidade nas questões da cultura eram uma característica e, por isso, possibilitar a difusão de instituições era propício para o controle sobre a produção. Por outro lado, é preciso ressaltar que a institucionalização da fotografia também foi pautada pela intensa mobilização política dos fotógrafos e fotógrafas em torno da valorização de seu trabalho e da relevância crescente da fotografia em nível nacional e internacional, enquanto linguagem e mercado.

Em 1984, o Núcleo de Fotografia da Funarte se transformou em Instituto Nacional da Fotografia (Infoto), onde, sob coordenação do fotógrafo Pedro Vasquez, o circuito (produção, circulação e consumo) da fotografia foi ampliado. De acordo com Coelho (2012), com a profissionalização e institucionalização da área, houve um aumento do número de fotógrafos e fotógrafas originários das classes médias altas na composição dos conselhos de órgão promotores da fotografia, desde a Núcleo da Fotografia da Funarte até o Infoto. Além disso, essas instituições facilitavam e incentivavam o financiamento de trabalhos fotográficos em todo o Brasil.

A consolidação institucional da fotografia e o estabelecimento de uma rede de parcerias entre fotógrafos e fotógrafas, além de contribuir para a criação das já citadas agências independentes, incentivou e promoveu debates sobre o fazer fotografia e sobre os direitos trabalhistas dos fotógrafos. O conjunto dessas ações gerou uma maior consciência e valorização do trabalho do fotojornalista que, entre outras coisas, passou a ter suas fotografias publicadas com crédito.

Esse quadro contribuiu para modificar a indústria cultural no Brasil e desde a década de 1980 já se nota a ampliação do campo editorial e a abertura de galerias no Brasil. Em conjunto, torna-se importante destacar que as ações promovidas pelo Infoto, além de cursos práticos e teóricos, bem como a criação de espaços de debate sobre a fotografia, voltaram-se para a organização de exposições fotográficas que fortaleceram o eixo social pelo qual se desenvolviam a produção e a institucionalização da fotografia no país.

Percebe-se, assim, a transição temporal das práticas fotográficas a partir das décadas de 1960 e 1970, quando foram configuradas pela atuação de profissionais que muitas vezes iniciavam na profissão ainda adolescentes e que se formavam de forma empírica no cotidiano dos veículos de comunicação, buscando subsídios nos manuais de redação e na convivência com outros fotógrafos e jornalistas, chegando até os anos 1980, com a crescente profissionalização da categoria e o maior embasamento teórico viabilizado

pela institucionalização da fotografia e pela possibilidade de formação universitária. Ao longo de todo o período analisado, era bastante comum que fotógrafos e fotógrafas trabalhassem para jornais comerciais e fizessem parte de agências independentes, criando um trânsito de práticas fotográficas intenso e complexo, em um processo dialógico.

Todos esses fatores colaboraram para a dinamização da produção fotográfica no Brasil. Os fotógrafos, a partir da atuação nas agências independentes começaram a elaborar trabalhos fotodocumentais, ou seja, de longa duração em relação ao tempo de produção com temáticas específicas, especialmente, temáticas sociais, como movimento estudantil, povos indígenas, violência, cidade, e aí se insere a temática dos trabalhadores do campo, tema da dissertação em questão. A elaboração de trabalho autorais não excluía a atuação dentro das redações dos veículos de comunicação. Trabalhavam para estes veículos, sendo remunerados para isso, produzindo fotojornalismo, com uma elaboração mais rápida, vinculadas às demandas cotidianas, mas nem por isso menos expressivas. Ao mesmo tempo, desenvolviam em outros espaços, principalmente nas agências, os trabalhos autorais, de longa elaboração

Nesse ponto, pode-se considerar essas transformações no âmbito do campo jornalístico, cujo fortalecimento das práticas dos fotógrafos, impulsionadas pelas mudanças do mercado, contribuiu para a intensificar a dinâmica de distinção, em termos econômicos e culturais do campo, tanto para os veículos de comunicação quanto para o profissional fotógrafo. Além disso, como resultado do fortalecimento dessa categoria, Ortiz (2001) ressalta que o número de profissionais fotógrafos na década de 1960 passa de 13.397 para 25.453 em 1970, quando chega a 48.259 em 1980.

Para Souza (2004), a relação entre fotojornalismo e fotodocumentação pode ser mais complexa do que aparenta, pois o processo criativo que envolve ambas as tipologias de imagens podem compartilhar inúmeros fatores como, por exemplo, a temática geradora do trabalho. Em decorrência, entende o fotojornalismo como uma atividade sem fronteiras claramente delimitadas, mas que necessariamente precisa informar, ter a capacidade de argumentar sobre o ocorrido. Assim, “o fotojornalismo se caracteriza como uma atividade que visa informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer, ou “opinar” através da fotografia de acontecimento e da cobertura de assuntos jornalísticos” (SOUZA, 2004, p. 12). Porém, uma mesma fotografia produzida para um jornal, possuindo estatuto de imagem fotojornalística, pode ser utilizada em um livro de fotodocumentação com temática semelhante. Já para Baeza (2001) o fotojornalismo se caracteriza pela imagem produzida pelo fotógrafo cotidianamente para circulação em conjunto com um texto, e a fotodocumentação, se relaciona a um trabalho embasado por um projeto fotográfico, no qual o fotógrafo se dedica por um longo tempo.

Em diálogo, é preciso considerar o fotojornalismo como “[...] um produto cultural no mercado de bens simbólicos” (MONTEIRO, 2016, p. 72), pois a sua produção e circulação se relaciona com a política das empresas de comunicação, cuja linha editorial guiará a editoração e publicação da imagem. Nesse sentido, na análise das imagens fotojornalísticas é necessário atentar para as estratégias de marketing adotadas pelas empresas de comunicação, bem como considerar o conjunto de profissionais envolvidos na materialização da fotografia, como editores e diagramadores, repórteres entre outros.

Considerando o período em análise, é preciso lembrar que esses fotógrafos e fotógrafas estavam imersos no contexto de uma ditadura civil-militar. Era imprescindível, como sempre é, pautar criticamente

o social. Esse contexto ditatorial interferiu diretamente na circulação dessas fotografias, inviabilizando a publicação desses trabalhos em grande escala, seja pela falta de financiamento, seja pela censura propriamente dita. Isso, como vimos, não impossibilitava a ação reivindicatória desses fotógrafos, que se organizaram em coletivos para fortalecer suas produções, construindo, assim, o que poderíamos chamar de “tradição de fotografia engajada”.

Cabe ainda destacar que a experiência fotográfica da década de 1990 sempre dialogou com as produções das décadas anteriores. Até porque muitos dos trabalhos publicados em 1990 foram realizados durante os anos de 1980. Além disso, a situação política e econômica do Brasil continuava colocando à margem boa parte da população, perpetuando o cenário de desigualdades sociais observado nas décadas anteriores, com a persistência dos mesmos problemas que assolavam (e ainda assolam) o país. Por esse motivo, na década de 1990, nota-se a continuidade de experiência fotográfica pautada no engajamento desses fotógrafos que, com seu olhar crítico, registravam as injustiças sociais. Desse modo, ainda que o mercado possa ser considerado como instância “legítima de legitimação” (BOURDIEU, 1997) o peso simbólico da produção dos fotógrafos se faz presente na construção crítica do social por meio da fotografia.

A seguir, analisaremos a presença da fotografia sobre o acontecimento da luta pela terra nas páginas dos jornais Folha de Hoje e O Globo, impressas na edição do dia 10 de agosto de 1990.

Jornal Folha de Hoje x O Globo

O jornal *Folha de Hoje*, editado na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, noticiou o acontecimento da luta pela terra em várias edições, nesse espaço, analisaremos a presença da fotografia e sua relação com o texto jornalístico na publicação do dia 10 de agosto de 1990.

A capa do periódico impresso no dia 10 de agosto, um dia após o ocorrido na Praça da Matriz, foi composta pela manchete “Honras, emoção e promessas de justiça no enterro do PM”, abaixo ao lado esquerdo da manchete, observa-se uma fotografia em preto e branco, ao lado direito, nota-se um texto de chamada da manchete com as principais informações ligadas ao enterro do soldado Valdeci de Abreu, seguido de uma fotografia do integrante do MST, Otávio Amaral.

A fotografia que ocupa a maior parte da capa é de autoria do fotógrafo Paulo Dias e foi elaborada com plano normal. No primeiro plano, visualizam-se dois soldados da brigada militar guiando o caixão do soldado Valdeci de Abreu, no segundo plano, nota-se a presença de expressivo número de pessoas que acompanham o cortejo, do lado esquerdo da imagem, vê-se o governador do Rio Grande do Sul no período, Sinval Guazzelli, a imagem é acompanhada com a legenda “Sepultamento do PM Valdeci, que ocorreu ontem à tarde, teve presença do governador Guazzelli, honras militares e muita emoção”. Ao lado direito, observa-se outra fotografia sobre o acontecimento, em tamanho menor, no primeiro plano com Otávio Amaral, sentado, atrás das grades da prisão, seguida da legenda “Otávio Amaral é o principal suspeito”.

Na parte interna do jornal, no editorial Política, lê-se o título “TER apura envolvimento de políticos no conflito entre colonos e Brigada”, seguido do texto “Se a participação for comprovada, serão aplicadas penas máximas previstas pela lei eleitoral: cassação de registros e mandatos”, a composição dessa página não apresenta fotografias.

Após, no editorial Estado, nota-se o título “Tensão no depoimento dos colonos”, seguido do texto “Foram ouvidos 11 colonos suspeitos de participação na morte do PM. Sete das dez testemunhas acusaram Otávio Amaral”. Essa página é composta majoritariamente por texto, porém no início, no canto esquerdo foi inserida mais uma fotografia sobre o enterro do soldado Valcedi, em formato retangular, em ângulo picado, observa-se no canto esquerdo a presença do governador, Silva Guazzelli, mais ao centro, o caixão conduzido por soldados da Brigada Militar e no lado direito do caixão o comandante da Brigada Militar. Ao fundo, constata-se grande número de pessoas presentes no enterro. Essa fotografia é acompanhada pela legenda “Antes dos depoimentos, houve o enterro do Soldado Valcedi”.

Figura 1 – Folha de Hoje. 10/08/1990.

Sexta-feira, 10 de agosto de 1990
FOLHA
DE HOJE
13
Estado

Tensão no depoimento dos colonos

Foram ouvidos 11 colonos suspeitos de participação na morte do PM. Sete das dez testemunhas acusaram Otávio Amaral

Sob um forte esquema de segurança, dentro e fora do Palácio da Polícia, foram ouvidos ontem, pelo delegado Ben Hur Marchiori, os depoimentos dos 11 colonos suspeitos de envolvimento na morte do policial Valcedi Abreu Lopes, que aconteceu durante confronto da Brigada com os sem terra, na última quarta-feira em Porto Alegre. Os primeiros a prestar depoimento foram as sete testemunhas que reconheceram Otávio Amaral como autor do crime, que foi encaminhado ao Presídio Central.

O inquérito, que deverá estar concluído em 10 dias, será conduzido pelo delegado Roque Vilandi, titular da 1ª DP, responsável pela área onde aconteceu o incidente. Em conversa com o promotor das coordenadorias, Arioval Ferroni da Silva, antes do depoimento, Otávio Amaral não admitiu ter assassinado o policial militar.

Hospital — Ainda permanecem internados cinco sem-terra, feridos durante os confrontos. Dois casos expiram maiores cuidados, além do colono que teve dois dedos decepados, está Elenir Nunes, que teve o abdômen perfurado por um tiro.

O Secretário da Agricultura, Marcos Palombini, suspendeu a liberação dos recursos destinados à compra de terras e de mantimentos para os acampamentos do interior. Ele disse que irá aguardar determinação do governador Sinalval Guazzelli.

O movimento dos Sem Terra protestou, isentando os colonos do conflito, e lembrando o descumprimento, de parte do governo, do acordo firmado com o ministério da Agricultura, sobre as 1.400 famílias acampadas há um ano na fazenda Boa Vista, em Cruz Alta, das 300 da fazenda Annoni e de 80, da fazenda Capela. (Sucursal Porto Alegre)

Paulo Dias

Antes dos depoimentos, houve o enterro do soldado Valcedi

Depoimento
“O homem identificado por algumas testemunhas como o autor da morte do colono não é o culpado, de modo algum. O verdadeiro praticante do crime tem cerca de 1,65, portanto mais baixo que o mostrado, tem cabelos curtos e ruivos e não compridos e negros como o sujeito mostrado pela TV. Tem ainda pele mais clara do que a aparentada, ao menos no vídeo, pelo acusado e feições sequer semelhantes”. Depoimento do jornalista Luiz Reni Marques, chefe da sucursal Folha em Porto Alegre.

Soldado/Perfil
O soldado BM Valcedi de Abreu Lopes (Cica para os familiares), morto no conflito de quarta-feira, completaria 28 anos de idade amanhã e tinha um sonho “custoso de realizar”, segundo a sogra Neli de Oliveira: economizar um “dinheirinho” para comprar um terreno e construir uma casa para a família. Valcedi era casado com Sônia, de 24 anos, e tinha uma filha, a Karine, de nove meses.

Culpa/Investigação
O secretário de Segurança, José Eichemberg, disse que a polícia gaúcha vai investigar num inquérito policial todas as circunstâncias e incidentes na cidade, desde a vinda de 600 sem-terra em oito ônibus.

Ônibus/Pagamento
Um dos líderes da Executiva Estadual dos Sem-terra, Antônio Oliveira Azavedo, disse que os ônibus “ainda não foram pagos e os recursos serão arrecadados entre as entidades populares”.

Colona/Acusação
A colona Marlene dos Santos Krupinsky, 37 anos, uma das poucas a fugir da Praça da Matriz sem apanhar, acusou “cabos eleitorais do PT e do PDT por essa tragédia”.

PM é enterrado com honras e promessas de justiça

“É preciso deixar passar os momentos de intensa carga emocional para refletir sobre os incidentes, dando andamento ao inquérito policial militar, que vai procurar os responsáveis pelo grave confronto, que vitimou um policial, e deixou dezenas de pessoas feridas”, observou ontem o governador do estado, após o enterro do soldado Valcedi de Abreu Lopes, promovido a cabo pós morte em decorrência de sua morte, quarta-feira, no conflito da praça da Matriz. O governador Sinalval Guazzelli confiou-se chocado, com o episódio.

O comandante geral da BM, coronel Carlos Walter Glocker, afirmou que o fato que tirou a vida do soldado “foi praticamente um assassinato, pois aconteceu a três ou quatro quadras da área do conflito”. Stocker espera que a Justiça seja clara ao analisar fatos como o “acobertamento dos colonos dentro da Prefeitura Municipal”.

Enterro — Cerca de 1.500 pessoas compareceram ao funeral do soldado PM, Valcedi de Abreu Lopes, do 9º Batalhão da Polícia Militar. O policial foi sepultado, com honras militares, no Cemitério Eucumêdio João XXIII. Valcedi recebeu as últimas homenagens da corporação, com três salvas de tiros e pelo toque de silêncio executados por colegas do seu batalhão.

A família do soldado, que vivia sendo velado desde às 20h de quarta-feira, no salão nobre do QG da Brigada Militar, recebeu ontem pela manhã a visita do governador Sinalval Guazzelli e diversos assessores. (Sucursal Porto Alegre)

Colonos insistem em ser atendidos pelo governador

Um dos dirigentes da Executiva Estadual do Movimento dos Sem-Terra, Antoninho Matte, informou ontem que os colonos estão tentando marcar uma audiência com o governador Sinalval Guazzelli, para agilizar o assentamento dos sem-terras. No estado, 1.700 famílias, distribuídas em três acampamentos no interior do estado, aguardam a liberação de terras.

A luta por terras já resultou em outras ocupações do centro de Porto Alegre em anos anteriores. Em 1986 foram os colonos sem-terra que ocuparam a praça, quando também houve conflitos e invasão de PMs. Na época, o então governador Pedro Simon desculpou-se perante a comunidade. E em 1988, numa das greves dos professores, ambas as classes ocuparam juntas o espaço.

Opiniões — O episódio desta semana repercutiu em todo o país. Diante da gravidade do fato o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera se manifestou, mas preferiu não assumir responsabilidades. “A violência é um assunto policial, que cabe ao governo do estado do Rio Grande do Sul administrar”, disse.

O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, pediu ontem, ao secretário da Polícia Federal, Romeu Lima, um relatório completo sobre os incidentes entre policiais e sem-terras, ocorridos em Porto Alegre.

O Congresso Nacional está enviando uma comissão mista de deputados para a capital gaúcha a fim de investigar os fatos. (AJB/AE)

Sem-terra retornam a Capela

Ontem pela manhã, os 198 agricultores que se encontravam alojados no Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CRTE), na Avenida Erico Veríssimo, onde passaram a noite e a madrugada de quinta-feira, deixaram Porto Alegre em quatro ônibus, escoltados pela Polícia Federal, e se dirigiram para a Fazenda Capela, em São Sebastião do Cai, distante 70 quilômetros da capital. Dos 198 agricultores que retornaram para Capela, 176 tinham permanecido, das 15h às 22h30min de quarta-feira, refugiados na Prefeitura Municipal, os outros 22 tinham sido atendidos no HPS, com ferimentos leves.

Em função dos conflitos ocorridos antecorrido entre sem-terras e policiais militares, no centro de Porto Alegre, o Executivo Municipal emitiu nota oficial, protestando energicamente contra o cerco montado pela BM em torno do Palácio da Prefeitura Municipal. A nota lamenta os tumultos ocorridos, afirmando que o Executivo aguarda uma vigorosa apuração sobre as origens do conflito entre soldados da Brigada Militar e agricultores sem-terra. A firma também que, ao conceder asilo aos agricultores, enquanto aguardava as negociações com as autoridades do governo do Estado, teria tentado evitar um massacre ainda maior, garantindo a integridade dos colonos, em face do “notório desenccontro de informações do governo e a conduta da BM, abalada pela morte do policial militar”. A nota é assinada pelo prefeito Olívio Dutra.

A entidade que congrega os colonos sem-terra no Estado também emitiu nota acusando o governo estadual pela ação descontrolada que foi desencadeada pela BM contra os ocupantes da Praça da Matriz. O órgão lamenta pelo incidente que vitimou fatalmente um policial militar, mas lembra as diversas ocasiões em que militantes do movimento também foram vítimas de mortes, torturas e intimidações. (Sucursal Porto Alegre)

FOLHA DE HOJE

NECESSITA PARA ADMISSÃO IMEDIATA DE:

CONTATOS COMERCIAIS

REQUISITOS:

- Boa apresentação
- Experiência em vendas
- Dinamismo

OFERECEMOS:

- Salário fixo mais comissões
- Região fechada
- Convênio saúde

Interessados comparecer na Folha de Hoje, à Rua Marechal Floriano, 1548, munidos de documentação, falar com Ivonei em horário comercial no Dept. de Recrutamento.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital online. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 12 de maio de 2020.

O jornal *O Globo* também noticiou o acontecimento da luta pela terra em diferentes edições. No impresso do dia 10 de agosto os profissionais do veículo escolheram o editorial País para apresentar as informações do acontecimento.

A página 8 teve metade do seu espaço dedicado o conflito ocorrido em Porto Alegre, iniciando com o título “Colono que matou soldado é preso no Sul”, seguido do lead “PORTO ALEGRE – Depois de observarem 196 colonos durante nove horas, sete testemunhas do assassinato do PM Valdeci Abreu Lopes apontaram o agricultor Otávio Amaral, de 26 anos, como responsável pela morte do soldado, a golpe de foice, durante o conflito de anteontem entre a Brigada Militar e colonos sem-terra, na Praça da Matriz. Outros 11 colonos foram indicados como integrantes do grupo que cercou Valdeci.” Do lado direito se observa a fotografia em preto e branco de Otávio Amaral sentado atrás das grades, a imagem tem a autoria de Luiz Abreu.

Seguindo a leitura, vê-se o subtítulo “Secretário acusa grupo de fanáticos ligados à CUT”, com o lead “PORTO ALEGRE – O Secretário da Agricultura, Marcos Palombini, disse ter ficado chocado e surpreso com a atitude dos colonos ao invadirem a Praça da Matriz, pois na semana anterior já havia remetido 18 toneladas de alimentos e anunciado à direção do Movimento que o Estado tinha conseguido Cr\$ 80 milhões para a compra de 500 hectares de terra”.

Logo abaixo, observa-se outro subtítulo “PMDB acusa PDT e PT de financiarem ônibus para os invasores”, acompanhado do lead “PORTO ALEGRE – O troca-troca de acusações entre o Governo do Estado e Prefeitura, após o conflito de quarta-feira, chegou ao programa eleitoral gratuito no rádio. O PMDB utilizou somente as partes a seu favor de uma entrevista com a agricultora Marinês dos Santos Krubinsky, de 37 anos, acusando o PDT e o PT de patrocinarem a viagem dos sem-terra à Capital”.

Do lado direito, vê-se uma fotografia em preto e branco sobre o enterro do Soldado Valdeci. Em ângulo picado, no centro da imagem aparece a esposa do soldado Vadeci desmaiada sendo amparada por um homem, no canto esquerdo da fotografia se visualiza o caixão do soldado. A extensão direita da página é elaborada por uma faixa de outros textos, o primeiro traz título “Anistia: Violência no campo aumentou” e o segundo “Valdeci é sepultado com honras militares”.

A organização das informações noticiadas pelos jornais se assemelha em alguns aspectos por serem produzidos dentro dos parâmetros do campo jornalístico e assim compartilharem códigos visuais e textuais, e por se tratar de jornais comerciais, sendo a *Folha de Hoje* com circulação regional e o jornal *O Globo* de circulação nacional.

Uma das principais diferenças nas publicações foi o espaço gráfico concedido pelos editores dos jornais. Na *Folha de Hoje* a matéria ganhou destaque na capa e, já no *O Globo* a notícia foi impressa somente na parte interna do periódico no editorial País. Na capa do *Folha de Hoje*, nota-se o direcionamento em noticiar as informações ligadas ao enterro do soldado Valdeci. A fotografia é utilizada como principal eixo comunicacional sobre o fato reforçando a comoção em torno do ocorrido e ressaltando as ações dos agentes políticos em prol da legalidade no andamento dos desfechos dos acontecimentos, expresso, especialmente, pelo registro do governador cuja presença é reafirmada pelo texto da legenda.

Ao lado dessa imagem foi publicada a fotografia de Otávio Amaral, preso, pode-se inferir que a relação das duas fotografias estabelece uma narrativa da legitimidade do Estado sobre o ocorrido tanto no amparo aos soldados quanto na ação imediata de encontrar o culpado para o ocorrido.

Figura 2 – Folha de Hoje. 10/08/1990.

Civitas do Sul, sexta-feira
10 de agosto de 1990
Ano I - Número 255
Preço por exemplar: Cr\$ 25,00

AGOSTO						
D	S	T	Q	S	S	
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

FOLHA

DE HOJE

PREVISÃO DO TEMPO
O 8º Distrito de Meteorologia prevê para esta sexta-feira, em Civitas do Sul e região, tempo nublado com períodos de parcialmente nublado, nevoso ou amarelado e possibilidade de chuvas em pontos isolados. Os ventos serão de sul a leste, de fracos a moderados. A temperatura ficará entre 9 e 20 graus centígrados e a umidade relativa do ar, entre 50 e 95%.

Honras, emoção e promessas de justiça no enterro do PM



Sepultamento do PM Valdeci, que ocorreu ontem à tarde, teve a presença do governador Guazzelli, honras militares e muita emoção

Cerca de 1.500 pessoas, entre elas o governador gaúcho Sivaldo Guazzelli, acompanharam, ontem, o sepultamento do cabo Valdeci de Adria Lopes, morto na quarta-feira durante o confronto entre os sem-terra e a Brigada Militar. O comandante da BM classificou de assassinato o morte do brigadista e o governo do estado quer que todos os fatos sejam apurados sem emocionalidade. O caso Otávio Amaral, apontado por sete entre 10 testemunhas, é o suspeito de ter dado o golpe fatal de foice. TRE está investigando participação de policiais no conflito. **Páginas 8 e 9**



Otávio Amaral é o principal suspeito

GOLFO
ONU desconhece anexação e Iraque fecha as fronteiras
Página 15

MEDIDAS
Pacote agrícola reduz juros de empréstimos para plantios
Página 14



Porcos eram alimentados com restos de comida e, há suspeita, fez hospitalar

SAÚDE
Interditados matadouro e criação de porcos
Página 4

E MAIS: FIM DO SELO-PEDÁGIO - SAMAE QUER US\$ 1 MILHÃO - PRESO PEDRO MICO - MATA ATLÂNTICA A PERIGO

Fonte: Biblioteca Nacional Digital online. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 12 de maio de 2020.

A fotografia do militante Otávio Amaral foi publicada por ambos jornais. A prisão de Otávio Amaral foi uma das imagens mais veiculada pelos jornais comerciais nas edições do dia dez de agosto de 1990. A condução apressada do julgamento levou a soluções equivocadas. Um tempo depois Otávio Amaral foi inocentado, mas isso não impediu a publicação dessa imagem em diferentes periódicos.

Na fotografia, observa-se, no primeiro plano, as grades da prisão e um cadeado que o mantém afastado do convívio em sociedade. Nota-se o militante sentado, com o braço enfaixado, encarando a câmera com olhar forte e, ao mesmo tempo, exausto. A sombra das grades perpassa o seu rosto produzindo uma imagem melancólica. É preciso destacar que a imagem impressiona também pela individualização organizada pelo registro de um sujeito, enfatizada pelo ângulo picado que confere ao militante uma ideia de debilidade.

Na capa do *Folha de Hoje* a imagem maior, com a cena do enterro do soldado e acompanhada de uma imagem menor, inserida ao lado, do militante o Otávio Amaral, nesse ponto, pode-se dizer que a relação entre as duas imagens é que estabelece a categorias de percepção leitor, a legenda textual acaba perdendo força na medida em que as imagens são colocadas lado a lado. Desse modo, por mais que a legenda aponte o militante como um suspeito, a imagem com ele preso, atrás das grades e a proximidade da fotografia do enterro conduz o leitor e entendê-lo como culpado pelo ocorrido, no caso, pela morte do soldado.

Na parte interna do *Folha de Hoje*, no editorial Estado, os editores do jornal trouxeram informações sobre os depoimentos dos militantes, a quantidade de testemunhas ouvidas, a quantidade de militantes, o aparato policial em torno da ação e destacam que o enterro do soldado ocorreu antes da tomada dos depoimentos. Além disso, inicia-se um outro confronto, entre agentes políticos que ficam apontando partidos ou entidades como culpados pelo acontecimento da Praça da Matriz. É preciso ressaltar que a conjuntura estava marcada pelas disputas presidenciais que ocorreriam em outubro de 1990 e esse cenário fez com que o acontecimento da luta pela terra adquirisse espaço nos debates políticos do período. A única imagem inserida nessa página traz mais um momento do enterro do soldado em que aparece, novamente, o governador e agora, o comandante da Brigada Militar.

O título principal do jornal *O Globo* aponta Otávio Amaral como culpado, porém no texto que segue a matéria, apresenta relatos de uma testemunha sobre a inconsistência dessa informação, mesmo assim, a imagem do militante foi publicada, seguindo as informações da condução do caso organizada pela polícia militar. Na mesma página, o outro destaque textual, como ocorre na *Folha de Hoje*, é para o confronto entre agentes do campo político indicando culpados entre partidos de oposição. A fotografia que acompanha esse segundo texto é do velório do soldado Valdeci com a presença de sua esposa que passou mal.

Da mesma forma que o jornal *Folha de Hoje* o jornal *O Globo* apresenta versões, textuais mais apuradas, porém, a relação entre as fotografias reforça a imagem de Otávio Amaral como culpado pelo acontecimento da Praça da Matriz.

Considerações finais

As fotografias, em seus aspectos formais, seguiram os padrões de produção fotojornalística surgidos a partir da experiência acumulada entre as décadas de 1960 e 1980, cujas técnicas foram empregadas buscando manter a proximidade com o que aconteceu, e com o fotojornalista construindo sua identidade profissional como “testemunha ocular”.

Nota-se a relação e a tensão entre os campos jornalístico e político na consolidação das narrativas dos jornais *Folha de Hoje* e *O Globo* analisadas neste artigo. Pois, na medida em que se observa a hierarquia realizada pelos editores dos veículos de comunicação analisados, também se percebe, em todos eles, forte tendência a culpabilizar a CUT e agentes políticos ligados ao PT pelo acontecimento do dia oito de agosto de 1990. Assim, pode-se dizer que o campo jornalístico colaborou na construção das categorias de percepção dos leitores sobre o episódio da Praça da Matriz. Porém, infere-se que o desenrolar do acontecimento ocorreu no campo político, com a participação dos agentes ligados a partidos políticos e, especialmente, dos militantes do MST, que protagonizaram um protesto com características inesperadas, situação que mobilizou o campo jornalístico a comunicar o ato.

Contudo, ao se analisar o texto, nota-se a tendência presente na hierarquia das informações em depreciar a ação, inclusive desviando seu cunho reivindicatório. Na mesma linha, é preciso considerar as pressões do campo econômico nessa trama, expresso, por exemplo, na publicação do logotipo da Trans – Ind. Transporte LTDA na fotografia da capa do jornal Folha de Hoje.

Além disso, evidenciou-se que os recortes do acontecimento realizados pelos veículos de comunicação comerciais apresentaram um padrão textual muito próximos uns dos outros. Esse padrão é resultado do compartilhamento de visões de mundo semelhantes expresso em suas práticas de trabalho, presentes também nas políticas institucionais desses veículos, dando forma a uma cultura política pautada pelo autoritarismo e pela criminalização dos movimentos sociais, o que percebe, também, pela repetição de determinadas expressões, pela aceleração ou pausa dos discursos em determinados momentos, pela conjugação semelhante de textos e imagens.

Referências

- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1997.
- COELHO, Maria Beatriz V. **IMAGENS DA NAÇÃO: Brasileiros na Fotodocumentação de 1940 até o Final do Século XX**. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 109-147.
- ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In: GOLIN, Nelson Boeira Tau et al. **REPÚBLICA: Da Revolução de 1930 à ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 235-254.
- HOFFMAN, Leandro Sidinei Nunes. **Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991**. 2002. 401 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- LERRER, Débora Franco. Os silêncios do conflito da Praça da Matriz. In: **Lumina**. Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.6, n.1/2, jan. /dez. 2003, p. 93-112.
- MACIEL, David. **A democracia confrontada: emergência neoliberal e crise política (1990-1994)**. Goiania, 2017. Tese (História). Programa de Pós-Graduação de História. Universidade Federal de Goiás.
- MONTEIRO, Charles. El Campo de la Fotografía y las Imágenes del Brasil en los años 1970-80: Entre el fotoperiodismo y la fotografía documental. **Artelogie**, Paris, EHESS, n. 7, p. 1-15, 2015. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article353>
- MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64-89, 2016.
- NOVAIS, Adriana Rodrigues. A memória da repressão e violência no campo em tempos da Comissão Nacional da Verdade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 3, n. 2, p. 43-55, jul./dez. 2015.
- ORTIZ, Renato. Introdução. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

PELEGRINO, Nadja, MAGALHÃES, Angela. **Fotografia no Brasil**: um olhar das origens ao contemporâneo. Rio de Janeiro: Funarte, 2005. Capítulo IX: Anos 60: revista Realidade (1966-1973): fotojornalismo e vanguarda no Brasil. p. 60-102. Notas p. 127-136.

SOUZA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

Recebido em: 23.09.2020.

Aceito em: 03.11.2020.